

- REQUERIMENTO** Número /x (.^a)
- PERGUNTA** Número /x (.^a)

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário da Mesa

Assunto: Novas multas aos recibos verdes por não entrega da Declaração Anual de Informação Fiscal (IES)

Destinatário: Ministro das Finanças

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

Em Dezembro passado, a Direcção-Geral dos Impostos exigiu a cerca de 200 mil contribuintes a recibos verdes o pagamento de multas e custas processuais pela não entrega em 2006 e 2007 da declaração anual de informação fiscal (IES), um documento que replica a informação trimestralmente entregue pelos contribuintes à administração fiscal. Cada coima aplicada apresentava o valor de 124€, significando que milhares de contribuintes se depararam com um valor em dívida de 248€.

O Bloco defendeu na altura que a referida declaração deveria passar a ser pré-preenchida pelos serviços das Finanças e, no caso de falta, os serviços deveram considerar que esses seriam os rendimentos declarados.

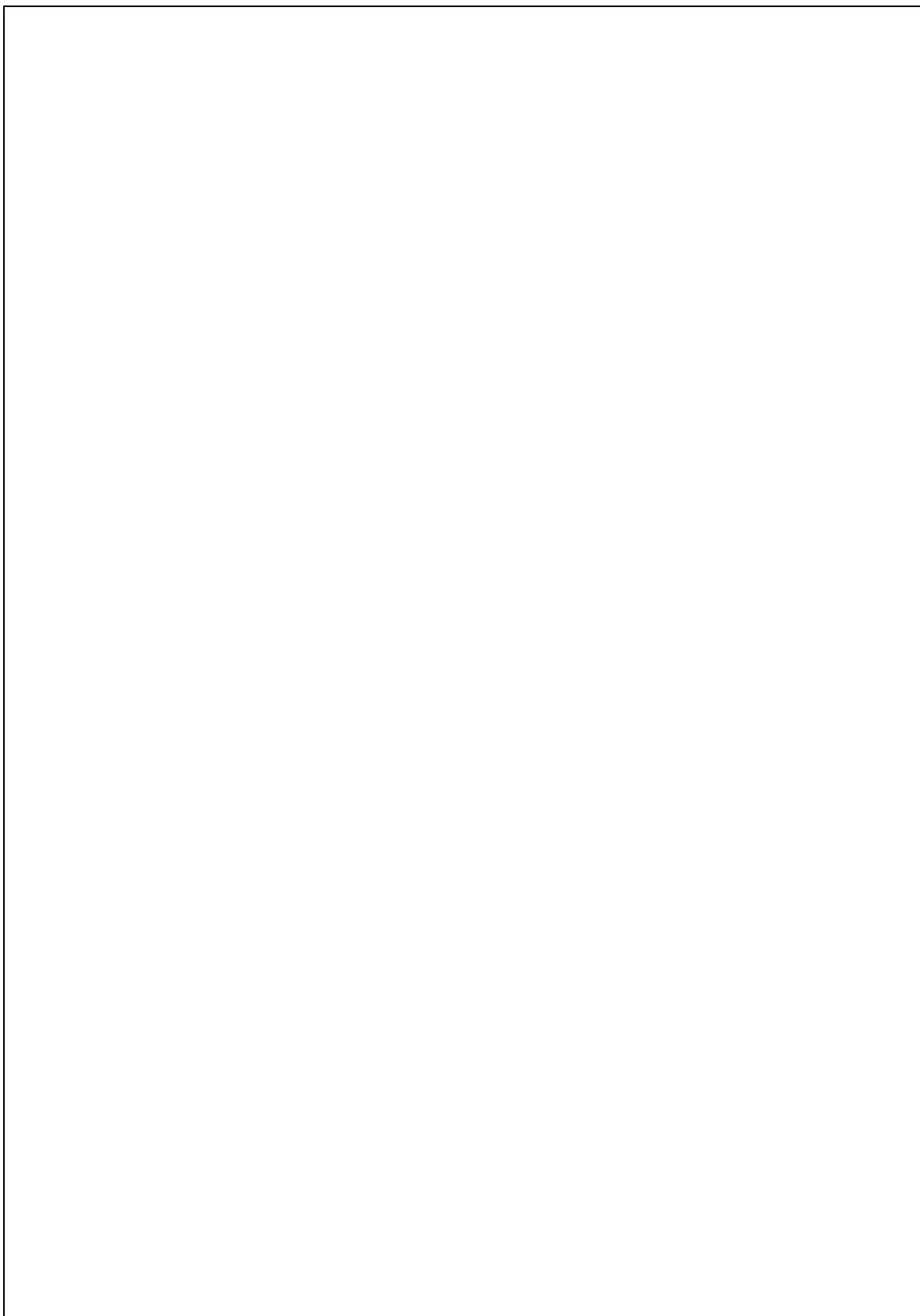
Só perante as fortes críticas dos vários sectores, o Ministério das Finanças recuou perante a decisão, e anunciou a isenção dos trabalhadores independentes das referidas coimas, desde que as declarações fossem entregues até 31 de Janeiro de 2009. De acordo com o prometido pelo Ministro das Finanças as multas seriam revogadas e os valores entretanto pagos seriam ressarcidos.

Existindo um grande desconhecimento da obrigatoriedade de entrega da IES, é natural que muitos contribuintes tenham procedido à entrega desta declaração apenas após a divulgação pública desta situação, e que tenham apenas procedido à entrega do Anexo L, uma vez que este seria o documento em falta, referenciado expressamente no comunicado oficial do Ministério das Finanças.

No entanto, o Bloco de Esquerda teve conhecimento de que vários contribuintes



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



contribuintes a “recibos verdes”.

Esta situação configura a repetição de uma situação incompreensível e que deveria ter sido evitada, caso o Ministério das Finanças tivesse aceite a referida proposta de pré-registo da declaração do IES.

É ainda de referir que o Ministério das Finanças nunca informou, até à data, qual o número de contribuintes que foram ressarcidos do valor pago, referente às anteriores multas de Dezembro, situação inaceitável e indiciadora de uma máquina fiscal que é célere a cobrar, mas demasiada e incompreensivelmente lenta a devolver. De acordo com números divulgados pelo Movimento Fartos Destes Recibos Verdes (FERVE), em Abril de 2009, encontram-se ainda por devolver as multas pagas por mais de 3700 trabalhadores.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais, requer-se ao Ministério das Finanças os seguintes esclarecimentos:

1. Como justifica as recentes notificações enviadas pelos serviços das Finanças aos contribuintes a recibos verdes? Se em 2006 e 2007 milhares de pessoas desconheciam a necessidade de entrega da IES, como se pode esperar que em 2006 e 2007 tivessem entregado o ‘anexo O’ de uma formalidade burocrática que desconheciam?
2. Porque é que em Dezembro o comunicado oficial do Ministério das Finanças não fez referência à necessidade da entrega do ‘anexo O’ que agora é exigido?
3. Sendo que os factos expostos poderão configurar uma situação de “falsos recibos verdes” irá o Ministério das Finanças dar a conhecer à Autoridade para as Condições de Trabalho o nome das entidades em causa, de modo a que esta entidade possa, com a maior celeridade, averiguar da legalidade das situações de trabalho destes trabalhadores, fazendo converter em contratos de trabalho os ‘falsos’ recibos verdes.
4. Está o Ministério das Finanças disposto a anular mais esta actuação e a aceitar a proposta do Bloco de Esquerda, de que, de ora em diante, tratando-se de contribuintes a recibos verdes sejam os serviços das finanças a pré-preencher a respectiva declaração do IES e, no caso de falta, considerar que esses são os rendimentos a declarar, de modo a evitar definitivamente que se repitam estas situações?
5. Pode o Ministério das Finanças informar finalmente, sobre as 200 mil multas aplicadas aos trabalhadores independentes por não entrega da declaração IES, quantos pagaram a coima? Quantos contribuintes regularizaram a sua situação,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

procedendo à entrega da declaração IES, até 31 de Janeiro de 2009?

6. Quando irá ser devolvido aos contribuintes o valor das multas pagas? A DGCI irá proceder ao pagamento de juros de mora?

Assembleia da República, 15 de Abril de 2009

O DEPUTADO

(Francisco Louçã)